

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo : HUCITEC, 1997.

RURALISMO E HEGEMONIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Renato Monseff Perissinotto
Universidade Federal do Paraná

O livro de Sonia Regina de Mendonça é uma versão modificada, significativamente reduzida, de sua tese de doutoramento *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*, defendida em 1990 no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Embora o “ruralismo” seja definido como uma reação ao avanço da industrialização e da urbanização no período em pauta e uma reafirmação da vocação agrária do País, a autora não pretende abordá-lo à maneira tradicional, isto é, como uma mera ideologia reacionária, mas sim como um conjunto de práticas e representações dos setores dominantes não-hegemônicos, práticas e representações estas que produziram efeitos políticos bem concretos sobre a estrutura institucional do Estado republicano. A tese geral é que o ruralismo é um momento da construção da hegemonia paulista, mais especificamente, o momento da incorporação pela fração hegemônica dos interesses das “frações dominadas da classe dominante brasileira”, cuja produção orientava-se para o mercado interno. Para comprovar a sua tese, a autora apresenta uma pesquisa empírica exaustiva, cujos resultados estão sintetizados numa seqüência de quadros e tabelas reproduzidos no anexo do livro.

O primeiro capítulo do livro — “A reação ruralista” — cumpre o objetivo de apresentar uma definição sistematizada do seu objeto de estudo: o movimento ruralista. Dessa forma, nascido no final do século XIX, num momento de expansão da urbanização, o ruralismo é definido pela autora como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (p. 26) ou como “um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a *vocação agrícola do país*, mediante a *diversificação da agricultura nacional*” (p. 27, grifos no original). Portanto, trata-se de um movimento, e não apenas de uma ideologia, que representava os interesses dos setores dominantes (agrários) da sociedade brasileira, porém não-hegemônicos (isto é, não-vinculados à exportação do café). Daí a essência do movimento residir na reação à industrialização, o que se daria através da reafirmação de nossa vocação agrária, e na recusa do exclusivismo do café, o que se expressaria na defesa da diversificação agrícola. O movimento, ainda que perpassado por divergências internas, seria unificado em torno desses dois objetivos máximos.

O segundo capítulo — “Conservar, ampliando e aumentando” — consiste no estudo da associação de classe que constituiu-se no representante por excelência do movimento ruralista: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). A escolha dessa entidade justifica-se, segundo a autora, pela sua abrangência efetivamente nacional (em oposição às associações paulistas que, apesar de se definirem como nacionais, representavam essencialmente os interesses dos exportadores de café, como é o caso da Sociedade Rural Brasileira); pelo pioneirismo da sua iniciativa no período em estudo e pela eficácia de sua ação, mostrando-se capaz de interferir efetivamente na dinâmica de funcionamento e construção do Estado republicano (p. 39). O capítulo apresenta um histórico do surgimento e do desenvolvimento da SNA, procurando mostrar como a base social dessa entidade residia em setores agrários vinculados ao mercado interno, sendo representativa sobretudo das regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil (p. 47). Essa base social refletia-se tanto na composição social das diretorias da SNA, quanto nas bandeiras defendidas pela associação (p. 50).

O capítulo terceiro — “O mundo rural: diagnóstico de um estado” — tem o propósito de analisar a matriz

discursiva do ruralismo e identificar o diagnóstico feito pelos seus agentes dos problemas da agricultura brasileira. Será a partir dele que se poderá compreender as propostas do movimento para a solução do problema agrário. Para cumprir o seu objetivo, Mendonça analisa um elenco surpreendente de estudos e monografias agrícolas, produzidas na sua esmagadora maioria por membros da SNA (as fontes utilizadas estão reproduzidas na nota 2 do capítulo em questão). A autora identifica, assim, os temas predominantes nesses trabalhos (crédito agrícola, diversificação produtiva e educação rural) e a origem ocupacional dos seus autores, em grande parte burocratas ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (p. 66 e 67), que, segundo a autora, era a sede estatal do ruralismo. Segundo esses trabalhos, o grande mal do Brasil era o atraso de sua agricultura (em oposição à modernização constante do mundo urbano), atraso este que condenava o campo a uma permanente situação de crise. A solução estaria no abandono das práticas produtivas arcaicas e rotineiras e na sua substituição por uma agricultura científica, baseada na técnica e na experimentação; estaria também no processo de educação do trabalhador nacional, submerso na ignorância desde tempos imemoriais; passaria ainda pela proteção à produção agrária nacional, verdadeira vocação, abandonando o tratamento especial até então dado à indústria, e, por fim, como era de se esperar, a superação do atraso passava necessariamente pelo fim da monocultura e pela diversificação da agricultura brasileira. O agente por excelência desse processo seria o agrônomo.

Feito o diagnóstico, era preciso propor as estratégias para a superação dos nossos males agrícolas. O quarto capítulo — “A vocação eminentemente agrícola do Brasil: a ordem a serviço do progresso” — dedica-se exatamente a esse ponto. Quais deveriam ser as medidas adotadas para que a diversificação agrícola, a proteção, a modernização da agricultura e o fortalecimento de nossa vocação agrária se efetivassem? As medidas seriam quatro: o povoamento/colonização, a educação, a modernização/racionalização produtiva e o crédito/cooperativismo. Este capítulo faz uma análise detalhada de como os agentes do ruralismo pensavam essas soluções para o problema agrário brasileiro.

O quinto capítulo — “Ceres e a política” — procura mostrar como o movimento ruralista teve ressonâncias no mundo do governo ou, mais especificamente, como o movimento ruralista se inscreveu no âmbito da “Sociedade Política”. Aqui, o objeto de estudo central é a história de constituição do MAIC, pois, para a autora, este ramo do aparelho estatal brasileiro constituiu-se no *locus* dos interesses das frações agrárias dominantes não-hegemônicas, isto é, aquelas frações desvinculadas do complexo cafeeiro paulista. Este capítulo analisa, assim, um momento importante no processo de constituição da hegemonia durante a Primeira República na medida em que a criação e consolidação do MAIC contribuiu para a “cimentação ideológica do bloco no poder” (p. 134). Através de um estudo da gênese histórica do MAIC e da composição de seus quadros, Mendonça procura mostrar que os interesses por detrás desse processo são aqueles mesmos representados pela SNA, ligados ao eixo Rio-Sul-Nordeste (p. 132).

No sexto e último capítulo — “A política de Ceres” — são analisados a ação do MAIC e os temas preferencialmente tratados pelo Ministério: a questão da arregimentação de mão-de-obra rural, o problema do ensino agrícola e o tema da diversificação/modernização produtiva (p. 137). Como vimos acima, esses são os temas por excelência do movimento ruralista. Dessa forma, a autora procura mostrar a eficácia política desse movimento, que mais do que produzir um discurso, mais do que promover a associação dos seus componentes através da SNA, conseguiu inscrever os seus interesses na própria materialidade do Estado republicano. Por essa razão é que o ruralismo não pode ser considerado apenas como uma “ideologia reflexa diante dos processos de urbanização e industrialização” (p. 177).

O livro de Sonia Regina de Mendonça merece, porém, algo mais do que um breve resumo de suas principais posições por ser um trabalho inovador, pleno de descobertas e sugestões para um entendimento mais exato do período que estuda. De saída, o trabalho reforça a opinião corrente entre os historiadores de que um dado período histórico jamais poderá ser definitivamente estudado. Não que o seu trabalho seja o primeiro a tratar de setores não vinculados ao complexo cafeeiro. Muitos já o fizeram. Contudo, parece-me ser o primeiro a abordar esta outra dimensão da Primeira República a partir de uma perspectiva mais ampla, isto é, como parte integrante do processo de constituição da hegemonia paulista. A autora não se limita a um estudo monográfico da economia regional do algodão, do cacau, do charque etc., mas procura mostrar como esses interesses se articulavam com aquele processo. Dessa forma, seguindo a tradição gramsciana, Mendonça diz que a *hegemonia* paulista não se resumia à busca de políticas públicas que beneficiassem os interesses ligados ao complexo cafeeiro, mas implicava, ao mesmo tempo, na incorporação dos interesses “secundários” do bloco no

poder¹ com vistas a consolidar a sua dominação. Na medida em que qualquer hegemonia é também um processo de integração/cooptação dos interesses não-hegemônicos, torna-se fundamental estudar essa outra dimensão para se compreender mais exatamente o período em questão. Assim, no trabalho de Mendonça, o estudo do ruralismo, da SNA, das monografias técnicas e do MAIC não se perde como uma preocupação em si mesma, empiricista e meramente descritiva, reduzida à coleta de dados sobre o seu objeto de estudo, mas está inserido numa perspectiva teórico-interpretativa que confere sentido às informações (abundantes, diga-se de passagem) contidas no livro. Este é, ao meu ver, o maior mérito do seu trabalho, pois cumpre nele um duplo papel: de um lado, confere o tom de grande originalidade à análise; de outro, mostra que o ofício de historiador é mais interessante do que pressupõe o senso comum.

Mas há ainda outros elementos originais no trabalho de Mendonça. Ao estudar o movimento ruralista, a autora mostra que a política republicana, no período de 1889-1930, não se reduzia ao jogo partidário. A sua análise da SNA e de como esta entidade promoveu a criação do MAIC e, através dele, a institucionalização dos “interesses ruralistas” no âmbito do aparelho estatal, revela claramente, como nota várias vezes a própria autora (ver pp. 38, 43-44 e 61), que uma plena compreensão da política republicana deve ir além de uma análise do jogo político entre os partidos dominantes regionais. O partido não é, portanto, como normalmente se pensa no caso em questão, o único meio de ligação entre interesses societais, no caso interesses de classe, e o Estado. O fato é que, se centrarmos a nossa atenção exclusivamente sobre a política partidária jamais entenderemos a criação do MAIC e, portanto, jamais entenderemos plenamente o processo histórico de consolidação da hegemonia do complexo cafeeiro. Vale ressaltar mais uma vez que é a perspectiva original do seu trabalho — o estudo dos setores não-hegemônicos como uma faceta fundamental da própria hegemonia — que coloca no centro de sua análise objetos de estudo antes ignorados ou relegados a uma posição apenas secundária pela historiografia.

O trabalho de Sonia Regina de Mendonça é também uma contribuição original ao estudo das formas de representação de interesse no período em questão. Ao estudar a SNA como a entidade de classe que articula os interesses do setor não-hegemônico das classes e frações dominantes no período em questão e como essa associação inscreve tais interesses no MAIC, Mendonça mostra que o “ruralismo” muito contribuiu para a instauração de práticas institucionais que viriam a predominar no período posterior à Revolução de 1930, especialmente depois de 1937. A autora está se referindo ao *corporativismo* como um projeto claramente presente em alguns setores do ruralismo (p. 111). Assim, o parlamento e a Presidência não são, na Primeira República, os únicos espaços institucionais em que interesses sociais são representados. O MAIC, mais do que simplesmente responder aos estímulos vindos do movimento ruralista, realiza uma verdadeira institucionalização dos interesses das chamadas “oligarquias bagageiras” no interior do aparelho estatal. Esse processo veio acompanhado de uma mudança na visão desses setores acerca do papel do Estado. Assim, o liberalismo foi cada vez mais cedendo espaço para uma concepção que aceitava mais e mais a intervenção do Estado no redesenho da Nação. Esta passaria a ser entendida não como uma coletividade de indivíduos, mas como um indivíduo coletivo, representado pelo Estado (p. 179). Ao fazê-lo, nota Mendonça, o próprio aparelho estatal se fortaleceu como ator político, e mais especificamente como ator político autoritário, que buscava, no caso em questão, desenhar, de cima para baixo, o espaço agrário brasileiro. Como de praxe, os trabalhadores rurais estariam ausentes desse processo (ver caps. V e VI). Assim, reside aqui uma outra originalidade: a Primeira República não é mais vista como o interregno liberal, caracterizado por um “Estado fraco”, espremido entre dois períodos tipicamente “estatistas” da história brasileira, o Império e o pós-1930².

O livro de Sonia Regina de Mendonça tem, contudo, alguns problemas que merecem comentários. No que se refere à exposição formal do texto, creio que faltou uma apresentação inicial que deixasse claro os princípios teóricos da autora. Como disse acima, o trabalho em questão não pretende ser uma descrição empiricista do seu objeto de estudo, tendo Mendonça uma evidente preocupação em interpretar o período a partir de uma

¹ O conceito de bloco no poder foi elaborado por Nicos Poulantzas e se refere à unidade das classes e frações politicamente dominantes de uma dada formação social, unidade esta promovida pelo Estado, sob a égide da fração hegemônica. Este conceito está espalhado por toda a obra de Poulantzas. Ver especialmente Nicos Poulantzas, 1986, pp. 133-137, em que o autor discute a relação entre o conceito de hegemonia e o de bloco no poder.

² Neste ponto, Sônia Regina de Mendonça está acompanhada por autores como REIS (1979), TOPIK (1987), FRITSCH (1988), dentre outros.

dada teoria. Tal elucidação tornar-se-ia ainda mais importante tendo em vista o fato de que o livro é um subproduto de sua tese de doutorado, evidentemente reduzida para atingir um público maior. Àqueles que estão familiarizados com as discussões teóricas que subjazem ao texto em questão, fica fácil perceber as intenções da autora. Porém, ao meu ver, tais discussões passarão despercebidas para os leitores leigos e para aqueles que estão se iniciando na atividade de pesquisa. Aqueles que conhecem os debates mais recentes sobre a teoria do Estado e que têm, ao mesmo tempo, uma preocupação com a interpretação histórica, certamente se interessarão pelo livro de Mendonça. Contudo, penso eu, sentir-se-ão frustrados por não encontrarem nele uma discussão teórica mais detida, nem na forma de uma apresentação explícita das posições da autora, nem na forma de conclusões ou considerações no final do livro. Quanto a este ponto, penso que duas proposições teóricas da autora deveriam ser discutidas: o uso do conceito de “sociedade política” e a idéia de que os diversos ramos do aparelho estatal são, na verdade, sedes de poder de classe.

O primeiro conceito, de clara inspiração gramsciana, não é, em nenhum momento, apresentado de forma explícita. Toma-se o termo “sociedade política” simplesmente como sinônimo de “Estado”, sendo que também aqui não encontramos, em nenhum momento, uma clara definição. Isso, evidentemente, causará estranheza ao leitor, pois trata-se de um livro em que o Estado é parte integrante do argumento do livro. Como notou Perry Anderson, as considerações de Gramsci sobre a relação entre Sociedade Civil e Estado, embora sejam extremamente sugestivas, são bastante contraditórias. Ora “Estado” e “Sociedade Civil” são termos *opostos*, sinônimos de *coerção* e *consenso* respectivamente; ora o consenso parece ser exercido tanto no âmbito da Sociedade Civil como no do Estado; por fim, em outros momentos, Estado e Sociedade Civil são *esferas que se fundem*, perdendo ambas as suas especificidades (v. Anderson, 1986, pp. 21-34). Mendonça parece situar-se na segunda posição ao enfatizar o papel fundamental do Estado no processo de cimentação ideológica da hegemonia paulista dentro do bloco no poder, mas em nenhum momento explicita essa questão e discute as pontas dúbias de sua opção teórica³.

O segundo conceito trata o Estado como uma arena em que “cada ramo ou agência do Estado constituía-se em sede do poder e, nessa condição, representante privilegiado desta ou daquela fração, ou ainda uma aliança conflitante de algumas delas contra as outras” (p. 122)⁴. Esta tese por si só já sugere várias questões. Antes de mais nada, se cada ramo do aparelho estatal é a sede do poder de uma dada fração de classe, então o que assegura a inegável unidade do aparelho estatal? Ou, dito de outra maneira, por que o Estado não se esfaca numa multiplicidade de aparelhos autônomos e incoerentes? Mendonça fornece pistas para essa resposta, seguindo, ao meu ver, as considerações do próprio Poulantzas a respeito do assunto. Parece-me que, para a autora, a unidade do aparelho estatal é dada pela predominância, dentro do Estado, dos ramos que se constituem em sede do poder da fração hegemônica (ligada ao complexo exportador cafeeiro), notadamente o Ministério da Fazenda (pp. 121-122). Na medida em que este ramo se constitui em sede do poder da fração hegemônica (e, portanto, sede do poder de Estado), ele instaura no interior do aparelho estatal uma hierarquia que submete ao seu comando todos os outros ramos, sedes do poder dos setores não-hegemônicos. Portanto, é o ramo responsável pelo exercício do poder de Estado, isto é, pelo atendimento dos interesses a largo prazo da fração hegemônica, que subordina todos os outros ramos estatais e, assim, garante a unidade do aparelho de Estado⁵. Não se trata aqui de mero preciosismo teórico ou pedantismo. Ao meu ver, a perspectiva teórica escolhida pela autora torna importante a discussão acima, pois, e é preciso que se diga mais uma vez, o Estado entra como variável central na construção do seu argumento.

A perspectiva da autora, contudo, não coloca apenas questões que emanam do interior da própria teoria, exigindo, por assim dizer, alguns desenvolvimentos internos do argumento. Além disso, a perspectiva em

³ Entre eles está, como notou Anderson, a incapacidade, por parte de Gramsci, de fornecer uma “demarcação precisa dos setores respectivos da Sociedade Civil e do Estado” e, portanto, de captar a especificidade deste último. Cf. ANDERSON, 1986, p. 33.

⁴ A autora usa como referência nesta passagem o livro de Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo*. Para uma formulação explícita dessa tese, ver também POULANTZAS, 1978, p. 81.

⁵ Para Poulantzas, “o Estado não constitui no entanto um simples conjunto de peças descartáveis: ele apresenta uma unidade de aparelho, isso que se designa comumente pelo termo de centralização ou centralismo, ligada por sua vez à unidade [...] do poder de Estado. Isso se traduz por sua política global e maciça em favor da classe ou fração hegemônica [...]”. Cf. POULANTZAS, 1985, p. 157.

pauta vem sendo questionada há algum tempo pelo seu viés essencialmente funcionalista e societalista. Interessa-nos aqui abordar sobretudo esse segundo aspecto, pois, ao nosso ver, ele está ligado ao problema da ausência de uma discussão mais explícita do conceito de “Estado” no trabalho de Mendonça⁶. Como vimos acima, o “Estado”, no livro em questão, é visto apenas como uma arena onde interesses sociais ou, mais especificamente, interesses de classe se digladiam a fim de ver seus objetivos contemplados pelas políticas estatais. Como se percebe, se essa perspectiva, por um lado, apresenta o Estado como um *locus* importante do conflito social, para o qual devemos olhar se quisermos analisar o desenvolvimento político de tais conflitos, por outro lado anula o próprio Estado como variável autônoma, cujas especificidades podem também contribuir para modelar a cena política de uma dada formação social. A partir dessa perspectiva, o fundamental é centrar a atenção no processo de “formação da classe”, isto é, na sua organização, nas suas representações e no seu movimento em direção ao Estado para, no interior deste, construir a sua fortaleza. Portanto, se o Estado é função do embate social não há porque se preocupar em apresentar de forma explícita um conceito de Estado, seus limites e vantagens, pelo simples fato de o Estado não existir como variável autônoma⁷.

A interpretação histórica oferecida por Mendonça também enseja algumas questões. Como vimos, a autora tem consciência de que o seu objeto de estudo (notadamente o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) ocupou no período uma posição política secundária. Esse fato, revelado pelas idas e vindas no momento de sua criação e pelos seus parcos orçamentos, não autoriza, contudo, um menosprezo pelo objeto, como tem feito a historiografia até então, e isso porque, apesar de suas limitações, aquele ramo do aparelho estatal foi importante na consolidação da hegemonia na medida em que contribuiu para a cimentação ideológica do bloco no poder (p. 134). Ao meu ver, este último ponto é pouco discutido no trabalho de Mendonça. A autora mostra de maneira convincente que os interesses representados pela SNA estiveram presentes na criação e condução do MAIC, mas analisa pouco os efeitos disso para a “cimentação ideológica” do bloco no poder. Ou seja, ao meu ver, a autora não conduz sua análise até ao ponto de mostrar o grau de eficácia da agência estatal em questão no processo de consolidação da hegemonia paulista. Trata-se de saber até que ponto o MAIC representou de fato um processo de cooptação dos interesses não-hegemônicos e, portanto, de construção do consenso no interior do bloco no poder. Talvez uma maneira de avançar nessa questão fosse olhar um pouco mais detidamente para a Revolução de 1930. Sabemos que, apesar da participação dos tenentes, o movimento de 1930 foi essencialmente o fruto de uma cisão oligárquica, em grande parte justificada pela exclusão política sistemática dos setores não-hegemônicos. Sabemos também que logo após a Revolução, pulularam vários institutos protecionistas (do Mate, do Açúcar e do Alcool, do Algodão etc.), revelando que os interesses econômicos ligados ao mercado interno tinham recebido pouca atenção no período anterior. Podemos especular, assim, que o caráter altamente excludente do “regime político oligárquico”, força e fraqueza da hegemonia paulista, teria inviabilizado a cooptação efetiva dos setores não-hegemônicos, fazendo com que suas reivindicações, por mais “superficiais” que fossem, não pudessem ser contempladas pela via institucional, mas apenas pela via da “revolução”. Se assim foi, então a importância do MAIC para a “cimentação ideológica do bloco no poder” teria sido menor do que a sugerida pela autora.

Por fim, é preciso dizer que se o trabalho de Sonia Regina de Mendonça sugere as questões acima, isso se deve ao seu caráter altamente instigante, ao fato de fazer colocações que levam o leitor a pensar o período em questão a partir de novos ângulos e, sobretudo, por não se limitar a uma mera descrição do seu objeto de estudo. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)* deverá, ao meu ver, tornar-se leitura obrigatória para os pesquisadores da Primeira República, sobretudo aqueles interessados em pensar de forma mais complexa as relações de subordinação entre as frações dominantes da formação social brasileira naquele período.

Recebido para publicação em abril de 1999.

⁶ Os dilemas metodológicos do estrutural-funcionalismo da análise poulantziana já foram analisados por vários autores que, basicamente, apontam para o problema de se postular aprioristicamente que o Estado, ou um dos seus ramos, deverá sempre atender aos interesses a longo prazo da fração hegemônica numa dada formação social. Cf., por exemplo, PREZWOSRKY, 1995 e BARROW, 1993.

⁷ Considerar o Estado como variável autônoma não implica, como tem mostrado o debate recente, em adotar uma concepção formalista-juridicista de Estado. Cf., por exemplo, BLOCK, 1980. Para o caso brasileiro no período em questão, consultar o interessante trabalho de FRITSCH, 1988.

Renato Monseff Perissinotto (renatomp@coruja.humanas.ufpr.br) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P.** 1986. As antinomias de Antonio Gramsci. *Crítica Marxista* 1, Joruiês, pp. 07-74.
- BARROW, C. W.** 1993. *Critical Theories of the State: Marxist, Neo-Marxist, Post-Marxist*. Madison : The University of Wisconsin Press.
- BLOCK, F.** Beyond Relative Autonomy: State Managers as Historical Subjects. *Socialist Register*, London : Merlin Press.
- FRITSCH, W.** 1988. *External Constraints on Economic Policy in Brazil: 1889-1930*. London : MacMillan Press.
- POULANTZAS, N.** 1978. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- POULANTZAS, N.** 1985. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro : Graal.
- POULANTZAS, N.** 1986. *Poder político e classes sociais*. São Paulo : Martins Fontes.
- PRZEWORSKY, A.** 1995. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.
- REIS, E. P.** 1979. *The Agrarian Roots of the Authoritarian Modernization in Brazil: 1880-1930*. Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.
- TOPIK, S.** 1987. *A presença do Estado na economia política do Brasil: 1889-1930*. Rio de Janeiro : Record.

* * *